

## O jovem Hegel leitor de Maquiavel

*The young Hegel, a Machiavelli reader*

**Ana Guerra Ribeiro de Oliveira**

Mestranda em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: anaguerra.ribeiro@gmail.com.

**Philippe Oliveira de Almeida**

Doutorando em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Mestre em Filosofia do Direito pela mesma Instituição. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: philippealmeida@gmail.com.

Artigo recebido em 26/05/2015 e aceito em 9/10/2015.

**Resumo**

O presente trabalho analisa a interpretação que o jovem Hegel propõe para o pensamento de Maquiavel, tomando por referência o tópico “A Formação dos Estados Nacionais” da obra A Constituição Alemã (1798 – 1802). Embora sucinta, a anotação de Hegel acerca de Maquiavel configura-se em um episódio importante na recepção alemã do intelectual florentino, e ajuda-nos a compreender a trajetória das idéias políticas no Ocidente.

**Palavras-chave:** Hegel; Maquiavel; Unificação Alemã.

**Abstract**

The aim of this work is to analyse the interpretation that the young Hegel proposes to Machiavelli's political thought. We will use as reference the topic “The Formation of National States” of Hegel's work The German Constitution (1798-1802). Although brief, Hegel annotation about Machiavelli sets up an important episode in the German reception of the Florentine intellectual, and helps us understand the history of western political ideas.

**Keywords:** Hegel; Machiavelli; German Unification.

## Introdução

“Espelho da natureza” – o epíteto, que Shakespeare utilizou para se referir ao teatro e do qual a posteridade se valeu para definir o próprio Shakespeare, poderia, igualmente, ser empregado para descrever Maquiavel. Ao se debruçarem sobre seus escritos, no afã de devassarem suas convicções político-ideológicas, os leitores, não raro, encontram apenas a si mesmos. Refratário a rotulações e enquadramentos, Maquiavel se oferece à usura do tempo, sendo apropriado pelos mais diversos partidos no correr da história.

Não é de se estranhar que, comentando o *espelho do príncipe*<sup>1</sup> composto por Maquiavel, o jovem Hegel diga menos sobre o pensador renascentista que sobre seus próprios posicionamentos filosóficos e doutrinários. Daí que, para uma melhor compreensão da leitura hegeliana de Maquiavel, seja necessária a rememoração da conjuntura política européia contra a qual o filósofo se batia, à época da elaboração d’*A Constituição Alemã* (1798 – 1802) – texto que permaneceu inédito até o início do século XX, e que tomaremos como referência em nossa análise.<sup>2</sup> Embora, noutros escritos – como as *Lições de Filosofia da História* – Hegel faça remissão a Maquiavel, *A Constituição Alemã* é o trabalho no qual, de forma mais detida, o pensador alemão posiciona-se face à obra do mestre florentino. Hoje, em retrospecto, é

<sup>1</sup> Gênero literário que remonta à Idade Média, constituído por conselhos morais e religiosos aos príncipes, que, em *O príncipe*, Maquiavel subverte. Os *speculum principis* eram textos dirigidos para educar o príncipe com o fim de que governe bem, persuadindo-o a se comportar decentemente. Originalidade não era fundamental aos textos do gênero, que discutiam os mesmos temas e de forma muito similar. Debatiam, por exemplo, a relação entre o rei e seus conselheiros e entre cautela e lisonja. Em regra, concluíam que a prudência vem da leitura de bons livros, como o que estava diante do leitor. Os espelhos de príncipes representaram uma tradição de comentário político, que contava com a autoridade da tradição. Maquiavel inovou ao opor o realismo ao idealismo característico do gênero e, por este mesmo motivo, foi muito criticado. HAHN, Fábio André. “Espelhos de Príncipes: considerações sobre o gênero”. *História e-História*, Campinas, 04 de nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=134>>. Acesso em: 11 mar. 2015. HARIMAN, Robery. “Composing Modernity in Machiavelli’s Prince”. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, vol. 50, no 1, Jan-Mar de 1989, pp. 5-8.

<sup>2</sup> Valeremo-nos, aqui, da edição publicada em HEGEL, G. W. F. *The German Constitution*. Trad. de H. B. Nisbet. *Political Writings*. Org. Laurence Dickey e H. B. Nisbet. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/hegel/gcindex.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

fácil identificar, na doutrina política do Hegel maduro, reverberações desse inacabado ensaio da juventude.

*“Nem uma sátira, nem um manual de moral, nem um intermediário entre os dois; [O príncipe] é um trabalho de política, escrito para os príncipes italianos de sua época, de acordo com seus gostos, de acordo com seus princípios, e com a meta que Maquiavel indica no último capítulo, libertar a Itália dos bárbaros”.* A conhecida observação de Herder põe em questão a rejeição de alguns autores seus contemporâneos – como Frederico II – à obra de Maquiavel, e procura reinscrevê-la em sua própria era. O texto de Herder em defesa do pensador florentino dará a tônica dos escritos posteriores que, na Alemanha, se voltarão a uma revalorização de Maquiavel e do maquiavelismo. Herder, a partir de uma chave historicizante, desembaraça Maquiavel do emaranhado de condenações morais que, desde Innocent Gentillet – autor do primeiro *Anti-Maquiavel* de que se tem notícia –, o italiano havia sido atado. “Libertar a Alemanha dos bárbaros” – paralelos entre a condição da Itália à época de Maquiavel e a situação da Alemanha no período de Herder impulsionarão o resgate do *corpus* maquiaveliano.

Herder, Hegel e Fichte são os principais responsáveis pela recepção, no seio da filosofia alemã moderna, do pensamento de Maquiavel.<sup>3</sup> A representação hodierna de Maquiavel muito deve ao trabalho desses autores, que acabaram por determinar as leituras subsequentes do pensador florentino, dentro e fora dos círculos germanófonos. É importante notar que a apropriação feita por eles foi seletiva, marcada por exclusões e revisões – uma *desleitura* condicionada pelas pretensões imediatas de referidos filósofos, interessados em contribuir para o debate político travado na Europa Continental de fins do século XVIII e início do século XIX. Como veremos, é notadamente a idéia de *Staatraison* (razão de Estado) que interessará à filosofia política alemã contemporânea da Revolução Francesa.<sup>4</sup> Como Andrew

<sup>3</sup> Sobre a recepção do pensamento de Maquiavel na Alemanha do século XIX, v. BUÉE, Jean-Michel. “Les lectures de Machiavel en Allemagne dans la première moitié du XIXème siècle”. In: CARTA, Paolo; TABET, Xavier. *Machiavel aux XIXe et Xxe siècles*. Padova: CEDAM, 2007.

<sup>4</sup> HONT, Istvan. *Jealousy of trade: international competition and the nation state in historical perspective*. Cambridge: Belkap Press, 2005, nota 129, p. 522-523.

Fiala propõe, é Maquiavel que os artífices do Idealismo Alemão tomam como modelo no que concerne à discussão sobre o papel político do filósofo, seu dever de tomar partido nos embates ideológicos de seu próprio tempo.<sup>5</sup>

“Maquiavelismo absoluto” – assim o neotomista Jacques Maritain descreverá as doutrinas de Fichte e Hegel. A expressão de Maritain sinaliza como, na consciência de muitos, o chamado Idealismo Alemão encontrar-se-ia indelevelmente conectado à filosofia de Maquiavel. Alguns autores – como Friedrich Meinecke, brilhante historiador das idéias políticas<sup>6</sup> – acreditam que, entre Maquiavel e Hegel, haveria uma linha evolutiva (o fio vermelho do destino). Se Maquiavel é (como pensa Meinecke) o primeiro teórico a formular a doutrina da razão de Estado, os sucessivos desenvolvimentos do conceito atingiriam seu momento de cumeada no pensamento hegeliano. Para Fichte e Hegel, com efeito, o valor maior da obra de Maquiavel se encontra na defesa da *realpolitik* – a crença de que o Estado tem razões que a própria razão desconhece, e que, na preservação da comunidade política, qualquer ação, por menos ética que pareça, é legítima. Tais filósofos irão consolidar – e celebrar – a leitura segundo a qual Maquiavel seria o responsável por separar moral e política. Ainda hoje, os estudos maquiavelianos não conseguiram erradicar de todo essa proposta de interpretação – malgrado esforços no sentido de resgatar idéias morais no pensador florentino,<sup>7</sup> ou de acentuar a natureza republicana de seus escritos.<sup>8</sup> Se, hoje, são notórias as tentativas de dissociar Maquiavel do maquiavelismo (quer dizer, do dogma segundo o qual “os fins

<sup>5</sup> Nas palavras do autor: “*De fato, na Alemanha do século XIX, vemos a filosofia direcionar-se para a vida política de uma forma modelada em O Príncipe de Maquiavel, mas sem considerar a chamada por moderação de Maquiavel nos Discursos. Esta veemência no discurso político é o que leva Cassirer a alegar que ‘no pensamento idealista do século XIX, Hegel e Fichte tornaram-se os advogados de Maquiavel e os defensores do maquiavelismo’*”. FIALA, Andrew. *The philosophers voice: philosophy, politics, and language in the nineteenth century*. Albany: State University of New York Press, 2002, p. 25.

<sup>6</sup> MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism: the doctrine of raison d’état and its place in modern history*. Tradução de Douglas Scott. New Haven: Yale University Press, 1962.

<sup>7</sup> É esse, por exemplo, o mote de Isaiah Berlin, que procura identificar em Maquiavel, não uma cisão entre moral e política, mas uma contraposição entre duas moralidades distintas: as virtudes cristãs, por um lado, e as virtudes pagãs, redivivas, por outro. Nesse sentido, v. BERLIN, Isaiah. “A special supplement: the question of Machiavelli”. *The New York Review of Books*, New York, v. 17, n. 7, 4 de novembro de 1971. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/1971/nov/04/a-special-supplement-the-question-of-machiavelli/>>. Acesso em 01. set. 2015..

<sup>8</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

justificam os meios”), para o Idealismo Alemão era necessário aproximar um e outro – o que talvez explique o fato de Fichte e Hegel priorizarem a leitura d’*O Príncipe*, mantendo-se silentes quanto a outros trabalhos de Maquiavel (como os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*).

“Prefiro a injustiça à desordem” – a frase de Goethe poderia servir, perfeitamente, para ilustrar a filosofia política de Fichte e Hegel. A salvaguarda da unidade do povo, contra ameaças de desagregação externas e internas: este o elemento central que tais autores acreditam herdar de Maquiavel. Em uma Alemanha continuamente ameaçada pela ascensão de potências vizinhas – que ganham força, precisamente, em virtude da unificação nacional –, é natural que o Idealismo Alemão procure superar concepções moralizantes e juridicizantes do político, e que associe razão de Estado e pangermanismo. Na admiração de Maquiavel por César Bórgia (que buscou, desafiando a fragmentação política da península, criar um Estado independente na Itália central), Fichte e Hegel vêem ecos de seu próprio anseio, no que tange ao surgimento de um príncipe capaz de (alçando-se, por seu gênio, acima dos padrões éticos correntes) impôr uma identidade política à Alemanha recalcitrante, educando-a para a obediência.<sup>9</sup>

Nessa grelha analítica, Hegel estaria, para Otto von Bismarck, como João Batista estava para Jesus Cristo: seria seu profeta, o anunciador de seu advento. Essa leitura não é muito diversa da proposta pelo discípulo de Meinecke, Franz Rosenzweig, no clássico *Hegel e o Estado*.<sup>10</sup> “*Só em sua própria terra, entre seus parentes e em sua própria casa, é que um profeta não*

<sup>9</sup> Fichte e Hegel não parecem concordar, porém, no que diz respeito a quem seria esse príncipe, e quais os métodos ele deveria lançar mão para garantir a unificação alemã. Como discorre Douglas Moggach: “*Também é instrutivo comparar a atitude de Fichte diante de Hegel, para quem a referência à Maquiavel também evoca a ideia de ‘die Bildung zum Gehorsam’, educação para a obediência; mas para quem a situação política aparece em uma luz bastante diferente. Enquanto Hegel reconhece em Napoleão o príncipe maquiavélico que pode inaugurar um estado bem ordenado na Alemanha mediante reformas que vêm do topo, Fichte vê Napoleão como o representante do egoísmo e do particularismo. As guerras revolucionárias são guerras de conquista e não de libertação. Elas são uma traição ao princípio da Revolução. A resposta de Fichte é o apelo à mobilização libertadora da nação alemã*”. MOGGACH, Douglas. “Fichte’s engagement with Machiavelli”. *History of political thought*, London, v. XIV, n. 4, inverno de 1993, p. 579.

<sup>10</sup> ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado*. Trad. Ricardo Timm de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

*tem honra*” [Marcos 6:4] – Hegel é mais do que consciente do fato de que a voz de Maquiavel morreu sem efeito, e de que, apesar de seus apelos, a Itália acabou por converter-se em celeiro de forças estrangeiras. Tal como Nínive, a Alemanha deveria, inspirando-se no exemplo histórico italiano (um povo que, por não ouvir seu profeta, sucumbiu), arrepender-se de seus erros e constituir-se como Estado soberano. Hegel teria, em sua sanha para modernizar a comunidade alemã e libertá-la da anarquia e da dissolução, conferido dimensões metafísicas – e, mesmo, religiosas – à doutrina maquiaveliana da razão de Estado. Erigiria, a partir de Maquiavel, uma mística da política.<sup>11</sup>

O jovem Hegel interpreta o pensamento de Nicolau Maquiavel no tópico 8 – “A Formação dos Estados Nacionais” – do capítulo II – “História e Crítica da Constituição do Império Germânico” – da obra *A Constituição Alemã*. Neste trabalho, será feita uma análise da leitura de Hegel acerca d’*O Príncipe* de Maquiavel, já que, substancialmente, é essa a única obra do autor citada n’*A Constituição Alemã*. Por questão de método, não serão consideradas as possíveis influências das reflexões maquiavelianas sobre o Hegel maduro – reduzindo-se este trabalho ao período de formação do filósofo alemão, momento em que a obra que se pretende examinar foi elaborada.<sup>12</sup>

## 1. O caminhar da filosofia de Hegel

Como Joaquim Carlos Salgado ensina: “*A filosofia de Hegel é esse gigantesco esforço unificador da razão: pensar o absoluto (seu aspecto ‘idealista’)*”

<sup>11</sup> TESINI, Mario. “Discepolo di Machiavelli? Charles de Gaulle tra Maritain e Aron”. In: MARCO, Bassani Luigi; CORRADO, Vivanti (Org.). *Machiavelli nella storiografia e nel pensiero politico del XX secolo*. Atti del convegno di Milano, 16 e 17 maggio 2003. Milano: Giuffrè, 2006, nota 24, p. 359.

<sup>12</sup> Ressalve-se, no entanto, que este trabalho pode contribuir para o rompimento de uma visão dual de Hegel, separado em dois filósofos estanques: o jovem admirador da Revolução Francesa e o maduro autor do sistema. Uma contribuição relevante às reflexões sobre as relações de continuidade e descontinuidade entre o jovem e o velho Hegel pode ser encontrada em: BECKENKAMP, Joãozinho. *O jovem Hegel: formação de um sistema pós-kantiano*. São Paulo: Loyola, 2009.

*imanente (seu aspecto 'realista'), pensar a liberdade na história*".<sup>13</sup> Embora tenha em vista o sistema desenvolvido pelo filósofo alemão em sua maturidade, a observação de Salgado ajuda-nos a compreender o direcionamento que, desde os primórdios, Hegel deu a seus estudos. É com o fito de resgatar a unidade cindida da cultura que Hegel, influenciado pelo movimento do *Sturm und Drang*,<sup>14</sup> se lançará à tarefa de filosofar.

Bernard Bourgeois<sup>15</sup> ajuda-nos a apreender, de forma sintética, o itinerário intelectual do jovem Hegel, do término da época de ginásio à partida para Nuremberg, apontando as preocupações centrais que, em diferentes momentos de sua trajetória, marcarão as pesquisas do filósofo. Bourgeois mostra que, desde sua estadia em Tübingen (entre 1788 e 1793), Hegel assumiu como ideal a recuperação da cidade antiga, da unidade vivida pelos gregos na *polis*. A Revolução Francesa, que eclodiu à época, parecia a Hegel constituir o verdadeiro esforço para reviver a *polis* antiga, local onde o sujeito se reconhece totalmente na pátria.<sup>16</sup> Somente no período em que residiu em Frankfurt (entre 1797 e 1800) é que Hegel reformará semelhante projeto, ao dar-se conta da irredutibilidade do mundo moderno ao mundo antigo. A identidade imediata entre o indivíduo e o Todo, característica da cidade antiga, não é mais possível, devendo ser substituída por uma identidade *mediatizada*, que assuma por pólos o cidadão e o Estado. É em Frankfurt que Hegel, insuflado por tal espírito, começa a escrever *A Constituição Alemã*, em um contexto de enorme desequilíbrio civil e político na Europa, devido à

<sup>13</sup> SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 14.

<sup>14</sup> Movimento romântico de reação ao racionalismo da Ilustração, que teve início no final do século XVIII. Recupera os valores da tradição, do individual, do sentimento, da religião e do divino. É justamente a superação ou não concordância com o valor absoluto da razão que faz o movimento se desenvolver. É preciso voltar à história do homem, ao seu desenvolvimento cultural e espiritual, e valorizar o que há no coração humano. COELHO, Nuno M. M. S. *Fundamentos Filosóficos da Interpretação do Direito – O Romantismo*. São Paulo: Rideel, 2012, p. 3-25.

<sup>15</sup> BOURGEOIS, Bernard. *O pensamento político de Hegel*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999, p. 85.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 36-39. ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado...*, op. cit., p. 70-82. TYLER, Colin. "Hegel, war and the tragedy of imperialism". *History of European Ideas*. v. 30, Iss. 4, 2004, p. 405. E, ainda, LOZANO, Valerio Rocco. *La vieja Roma en el joven Hegel*. Madrid: Maia Ediciones, 2011, p. 06-07.



decadência do Sacro Império Romano-Germânico e em face do ataque ao território alemão realizado pelas tropas do exército republicano francês.<sup>17</sup>

Quando em Frankfurt, Hegel trabalhou como preceptor de uma família nobre. Apenas ao mudar-se para Jena começará a atuar como livre-docente.<sup>18</sup> Dessa maneira, a redação d'A *Constituição Alemã* dá-se num período de transições, não só na política européia, mas também na vida e na carreira de Hegel. O ensaio foi concebido como uma contribuição de Hegel ao intenso debate ideológico então travado na Europa e, especialmente, na Alemanha.<sup>19</sup> Em um contexto – como acima aludimos – marcado por cisões, Hegel acredita ser imperioso que se supere a desunião política do território alemão.<sup>20</sup> Nesse contexto, procura recuperar as lições de Maquiavel – que, a seu juízo, seria o primeiro pensador político a fazer do problema da unidade do Estado o centro de suas reflexões. É de se notar que, ao deixar Frankfurt e instalar-se em Jena (onde residirá de 1801 a 1807), Hegel fará da reconciliação entre a razão e a história o mote de suas investigações. Este tema, central no pensamento de Hegel, é já tangenciado n'A *Constituição Alemã*, obra que o filósofo abandonará inconclusa.<sup>21</sup>

<sup>17</sup> TYLER, Colin. "Hegel, war and the tragedy of imperialism... op. cit., p. 405-406.

<sup>18</sup> LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 371. ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado...* op. cit., p. 145-146.

<sup>19</sup> Bourgeois sintetiza nos seguintes termos as pretensões levantadas pelo texto hegeliano: "O imperativo da reconciliação com o tempo leva Hegel a mergulhar num estudo sobre a constituição da Alemanha. Contra o formalismo dos outros teóricos políticos alemães, que alimentam seu otimismo com o arrolamento da extrema riqueza dos textos jurídicos do Império, Hegel, considerando o direito real, pode iniciar seu estudo pela afirmação de que 'A Alemanha não é mais um Estado', porque o apego obstinado dos alemães à antiga liberdade germânica acarretou a dissolução do direito público no direito privado. [...] Esta [a Alemanha] perdeu o direito de se denominar um Estado, pois uma multidão só é um Estado quando se uniu para a defesa comum de seus bens, defesa que se encarna numa força nacional suficiente contra os inimigos do interior e do exterior. O Estado é força, e força militar; todas as suas outras características (unidade do direito, da religião...) são secundárias". BOURGEOIS, Bernard. *O pensamento político de Hegel...* op. cit., p. 69-70.

<sup>20</sup> LUCÁCS, Georg. "Hegel's view of history in his first years in Jena". In \_\_\_\_\_. *The Young Hegel*. Trad. de Rodney Livingstone. Merlin Press, 1975. Disponível em: < <https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/youngheg/index.htm> >. Acesso em: 24 ago. 2015.

<sup>21</sup> Lima Vaz considera Hegel o filósofo que mais avança na fundamentação do paradigma historicista, pois se propõe a explicar como o pensamento do ser conduz à descoberta de uma necessária relação entre o espírito e o Absoluto. Já nos fins dos tempos de Frankfurt, ou seja, em parte no período em que escreveu o texto agora analisado, Hegel desenvolveu seu próprio sistema. Nele, afirmava que caberia somente à filosofia o desafio de reconciliar o tempo e o conceito, na sociedade dividida.

## 2. Contexto de desenvolvimento da obra *A Constituição Alemã*

Hegel abre suas reflexões com a assertiva de que “*A Alemanha não é mais um Estado*”.<sup>22</sup> O autor enfrenta a idéia de que o Sacro Império Romano-Germânico seria um Estado de Estados, reino dividido em diversos e distintos territórios, unidos como repúblicas compostas – mantendo, pois, uma arquitetura institucional eminentemente feudal.<sup>23</sup> Estes inúmeros pequenos principados constituiriam pouco mais do que grandes propriedades responsáveis por cobrar e administrar os impostos, provenientes do trabalho no campo.<sup>24</sup> Assim, o Estado alemão não é mais que a *memória* da unidade pretérita e a *descrição* da dissolução e da anarquia presentes.<sup>25</sup>

Hegel defende que, no mundo moderno, com a emergência da classe burguesa [*Bürgerstand*], a dedicação dos indivíduos a seus afazeres privados suplanta a preocupação com a coisa pública – assim, faz-se imprescindível, à sobrevivência da comunidade política, o aparecimento de centros de poder

---

Neste caminho para a descoberta da intrínseca relação entre o espírito e o Absoluto, Hegel não ignora historicidade essencial do ser humano. Analisa dentro da história da filosofia como o pensar, o raciocinar, o filosofar do homem se manifestam em ações, instituições, fins diversos, que apenas possuem algum sentido em face da razão que se faz presente no existir histórico da humanidade. Sem a presença da razão, o “*desenrolar empírico da história mergulharia no puro aleatório ou no absurdo*” e é assim que, em Hegel, “*a Filosofia só pode pensar a história quando um ciclo histórico se cumpriu e as razões nele presentes podem ser dialeticamente articuladas. Ela não é um programa para o futuro, mas uma lição a ser aprendida do passado*”. LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de Filosofia IV...* op. cit., p. 376, 379 e 392-393.

<sup>22</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op.cit., Introduction.

<sup>23</sup> ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado...* op.cit., p. 182-183. TYLER, Colin. “Hegel, war and the tragedy of imperialism...” op. cit., p. 406-407.

<sup>24</sup> HOBBSAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções; Europa 1798-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 31. Cabe ressaltar que não era a instituição do feudalismo em si que impedia a definição da Alemanha como um Estado, como assinala Hegel: “*Seria concebível que, se o Imperador tivesse possuído poder político suficiente sobre a força de seus territórios hereditários, e se os vassalos individuais não tivessem sido capazes de crescer até alcançarem um tamanho esmagador, a Constituição feudal da Alemanha poderia ter suportado o estado. Não foi o princípio do feudalismo que eliminou a possibilidade de a Alemanha se tornar um Estado; pelo contrário, foi a expansão desproporcional de estados individuais que destruiu tanto o próprio princípio do feudalismo como a continuação da existência da Alemanha como Estado*”. HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op.cit., tóp. 6, cap. II.

<sup>25</sup> Para Hegel, é na guerra que se revela a saúde – a unidade – de um Estado. Nela é posta à prova a força da associação dos indivíduos e do Todo. Com base nesses critérios, temos que, na guerra contra a república francesa, tornou-se evidente que a Alemanha não é mais um Estado. Vindos os tempos de paz, surge a oportunidade para compreender as causas, o Espírito, da dissolução – para além das aparências, do aglomerado de acontecimentos e mudanças arbitrárias.

político, monarcas e Estados, que tomem em suas mãos a responsabilidade pelos interesses nacionais. Nesse cenário, territórios que não se organizem em Estados centralizados encontrar-se-ão permanentemente ameaçados pela iminência da invasão de potências estrangeiras. À medida que a figura monádica e autorreferencial do Estado soberano surge em um recanto da Europa, todos os demais povos do globo vêem-se forçados – caso queiram preservar sua liberdade – a organizarem-se de forma similar. A humanidade passou do despotismo oriental à república e, desta, ao sistema representacional das grandes monarquias. Hegel fala, nesse contexto, da necessidade de se passar do interesse particular à vontade geral, cristalizada no soberano.

No entender de Hegel, a livre sujeição a uma autoridade política suprema, a descoberta da liberdade na vida comum, a união em um Todo, são inerentes ao Espírito do mundo nos tempos modernos, princípios compartilhados pela integralidade dos povos civilizados – mas não pelos alemães, que ainda não os descobriram, e mantém-se isolados.<sup>26</sup> A Alemanha é uma nação que constitui um povo sem, no entanto, formar um Estado. Não é o Estado, mas os indivíduos, as casas dos príncipes, as classes, as cidades, as guildas etc. que detém autoridade – o pluralismo jurídico mina as necessidades do Todo.

Para Hegel, é ilusória a crença de que o conjunto de Estados independentes e soberanos da Alemanha encontra-se unificado em um Império. O filósofo alemão defende que os nobres e os especialistas em Direito Constitucional buscam consolo na memória de uma autoridade política que

---

<sup>26</sup> Tal como, anos mais tarde, Weber fará, Hegel defende que o Estado soberano, moderno, inicia-se quando, no mundo feudal, Estados menores começam a ceder a Estados maiores seu direito de arrecadar tributos e de se organizarem militarmente. Trata-se, precisamente, do monopólio do uso legítimo da violência. A Alemanha, no entender do filósofo alemão, não teria passado por semelhante processo, e desconheceria a ideia de Estado e o conceito de autoridade universal. Para que reste evidenciado o paralelo com Weber, é interessante a passagem do clássico *Política como vocação*: “De modo geral, o desenvolvimento do Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o príncipe expropriar os poderes “privados” independentes que, a par do seu, detêm força administrativa, isto é, todos os proprietários de meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quaisquer espécies de bens suscetíveis de utilização para fins de caráter político”. WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 61.

não existe mais – manejando símbolos do passado que, em fins do século XIX, são vazios e sem sentido. As representações do imperador alemão como “Imperador Romano”, “Coração da Cristandade”, “Senhor do Mundo” etc. remetem a um contexto que desapareceu há muito.<sup>27</sup> Estabelecendo analogias entre o contexto alemão e a Roma antiga, Hegel considera que, assim como o Império Romano foi destruído pelos bárbaros provenientes do norte, no contexto europeu foi também a posição dos países do norte (Dinamarca, Suécia, Inglaterra e sobretudo a Prússia) como Estados independentes que dissolveu e destruiu o Sacro Império Romano-Germânico.<sup>28</sup>

Era, portanto, necessário vencer o particularismo da pluralidade de Estados, incrustado no Espírito do povo alemão e, para alcançar este objetivo, Hegel propõe que sejam conferidos maiores poderes ao Imperador e que haja uma unificação nacional do Estado de Estados que era a Alemanha. Hegel tinha por finalidade estabelecer um Império com um chefe supremo e com a participação de todos.<sup>29</sup>

De fato, segundo Kohn, na época da Revolução Francesa, não havia na Alemanha um sentimento de nacionalismo e, mesmo entre os intelectuais, dificilmente era visto alguma consideração ou julgamento acerca de uma política nacional. A possibilidade de a França, unida e poderosa, tornar-se uma ameaça não foi sequer discutida. Se por um lado alguns alemães condenavam a Revolução, era apenas por minar a lei e a ordem tradicional. Outros, por outro lado, estavam convencidos de que a França havia sido escolhida pela Providência para começar a grande reforma em todo o mundo.<sup>30</sup> Nem mesmo quando o território alemão foi invadido houve uma resistência patriótica. Cada governante buscava manter suas terras protegidas da guerra, mas não se buscava a proteção ou defesa da honra da Alemanha como um Estado. Somente o avanço do Império Napoleônico despertou, lentamente, a consciência nacional entre os alemães e a necessidade de demandar por

<sup>27</sup> ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado...* op.cit., p. 178-191.

<sup>28</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op.cit., tóp. 6, cap. II.

<sup>29</sup> ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado...* op.cit., p. 201-202.

<sup>30</sup> HOBBSBAWM. Eric. J. *A Era das Revoluções...* op. cit., p. 117.

reformas sociais e políticas.<sup>31</sup> A obra de Maquiavel, neste contexto, tornar-se-á para Hegel modelo para a formação de um Estado capaz de manter seu território e de defender seus interesses.

No mundo alemão, em face da ausência de coerência entre as diversas províncias, fazia-se necessário um líder, um conquistador, capaz de transformar a massa, unindo a multidão de pessoas e conferindo-lhes uma apropriada vida política, de maneira que o Estado criado se tornasse capaz de agir da mesma maneira que uma pessoa racional age em relação às outras pessoas civilizadas.<sup>32</sup>

É em meio a reflexões dessa natureza que Hegel alude às cidades italianas – Lucca, Gênova, Veneza etc. Embora tenham conseguido permanecer independentes por séculos, estas acabaram sucumbindo à força de Estados maiores. Para Hegel, a Itália transformou-se, ao fim do Medievo, em uma massa de Estados independentes, com diferentes formas de governo – monarquias, aristocracias, democracias – rapidamente corrompidas. Sem força ou verdadeira independência, os Estados italianos tornaram-se palco para guerras entre potências estrangeiras, vitimadas por uma semi-sujeição. O quadro da península itálica que Hegel pinta em muito se assemelha a descrição que, poucas páginas antes, fizera do mundo germânico. Os caminhos da Itália e da Alemanha corriam, segundo Hegel, para o mesmo fim.

<sup>31</sup> O autor traz também curioso dado sobre um concurso realizado em 1791 pela Academia da Universidade de Erfurt, que ajuda a perceber o contexto histórico da Alemanha pulverizada em diversos pequenos Estados. O concurso, para quem desse a melhor resposta à pergunta “*Quais são os meios para fazer com que o cidadão alemão compreenda o valor e a vantagem de uma Constituição Imperial Alemã e para despertar sua lealdade a ela?*”, não trouxe em nenhuma de suas respostas a possibilidade ou a conveniência da unidade alemã. Hegel, anos depois, no texto ora analisado, irá trazer a tona a importância da união da Alemanha em um Estado único e forte. KOHN, Hans. “The Eve of German Nationalism (1789-1812)”. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, v. 12, no. 2, abril 1951, pp. 256-284. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2707517>>. Acesso em: 10 mar. 2015, p. 257-259 e 266.

<sup>32</sup> Enquanto no ano de 1802 Hegel considerava que a Áustria seria quem forneceria este líder à Alemanha, no curso da história, o triunfo dos franceses ultrapassaram este sonho político de Hegel, tornando-o irrealizável. As condições materiais para a ascensão de um Estado alemão reunido e unificado por um líder austríaco pereceram por culpa de Napoleão, pois os franceses venceram nos campos de batalhas e se tornaram mais persuasivos nas mesas de conferência. Em face desta realidade histórica e também por ter se mudado de Frankfurt para Jena que, segundo Tyler, Hegel abandona o projeto da Constituição alemã. TYLER, Colin. “Hegel, war and the tragedy of imperialism... op. cit., p. 408/409.

### 3. A obra de Maquiavel aos olhos de Hegel

Aqui desponta Maquiavel na análise de Hegel. Para o filósofo alemão, Maquiavel é o político que, consciente da miséria que aguarda a península itálica cindida, propõe a criação de um Estado unificado. Tal como Fichte (que desenvolverá sua argumentação em texto posterior, publicado em 1807 com o título *Sobre o Maquiavel escritor e sobre algumas passagens de suas obras*), Hegel identifica em Maquiavel o “padroeiro” patriótico da unidade política italiana – que prenunciaria, igualmente, a unidade política alemã. Hegel – como Fichte também o fará – rejeita a tese, que remonta a Rousseau, de que *O Príncipe* seria uma sutil e irônica sátira. Longe de condenar a crueldade do príncipe, Maquiavel a endossa, em vista da conservação do Estado ameaçado. Mas Hegel tampouco acolhe a tese de que Maquiavel ofereceria meras instruções para que o governante, sem maior interesse pela coisa pública, consiga manter-se no comando de forma autocrática. Assim, Hegel procura superar as duas tradições mais consolidadas, à sua época, no que toca à exegese de Maquiavel.

Com efeito, a obra de Maquiavel despertou as mais diversas análises e críticas até mesmo antes de sua publicação, pois o conteúdo de *O Príncipe* circulou previamente na forma de manuscrito. A interpretação italiana do livro, desde o princípio, foi ambivalente: enquanto alguns enxergaram na obra recomendações para príncipes e tiranos sobre como se manterem no poder, outros entenderam que Maquiavel expôs ironicamente os “*malignos meios utilizados por governantes absolutos*”.<sup>33</sup>

A interpretação francesa de Maquiavel no século XVI foi primordialmente negativa, considerado “apenas digno de chamar”, “um autor sem consciência ou religião” e o “forjador da tirania”. Jean Bodin, ao contrário da maioria de seus contemporâneos, inicialmente, no *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566), julga Maquiavel favoravelmente – um republicano no coração. Dez anos mais tarde, porém, na *Les Six Livres de la*

<sup>33</sup> GIORGINI, Giovanni. “Five Hundred Years of Italian Scholarship on Machiavelli’s Prince”. University of Notre Dame, *The Review of Politics*, v. 75, 2013, p. 625-629.

*République* (1576), Bodin perde esta percepção inicial e entrega-se a um tradicional antimaquiavelismo, chegando, inclusive, a dizer que Maquiavel erra em sua análise por “*não ter lido bons livros, ou conhecido outras raças*”.<sup>34</sup>

No célebre *Contrato Social* (1762), Rousseau considerará *O Príncipe* “o livro dos republicanos” – para o filósofo de Genebra, Maquiavel, fingindo dar lições aos reis, deu, na realidade, grandes lições aos povos.<sup>35</sup> *O Príncipe* seria, portanto, um guia prático para a ação, com o qual o povo poderia compreender os procedimentos comumente adotados por governantes déspotas. Este conhecimento tornaria possível não apenas escapar da manipulação ou simplesmente sobreviver aos tiranos, mas possibilitaria que o povo driblasse as táticas dos déspotas e, talvez, alcançasse a sua derrubada.<sup>36</sup>

A interpretação Diderot no volume nove *Enciclopédia* (1765) aproxima-se da de Rousseau, pois considera a obra uma sátira e recusa-se a admitir seu sentido literal.<sup>37</sup> Diderot pontua que é um erro achar que a obra era um elogio aos tiranos, pois “*Como seria possível explicar que um dos mais ardorosos defensores da monarquia poderia subitamente tornar-se um vil defensor da tirania?*”<sup>38</sup>

Hegel, no entanto, acredita que a obra de Maquiavel foi mal interpretada, vez que seus leitores deixaram de considerar o contexto histórico em que *O Príncipe* foi escrito. Maquiavel, aos olhos de Hegel, como pontua Georg Lucács, é um “*protagonista desesperado da unidade nacional italiana que havia sido perdida e que ele desejava restaurar*”, “um revolucionário

<sup>34</sup> BEAME, Edmond M. “The Use and Abuse of Machiavelli: The Sixteenth-Century French Adaptation”. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, v. 43, n. 1, Jan-Mar de 1982, p. 33-41. BODIN, Jean. *Six books of the Commonwealth*. Trad. M. J. Tooley. Oxford: Alden Press, 1955. p. 156. Disponível em: <[http://www.yorku.ca/comminel/courses/3020pdf/six\\_books.pdf](http://www.yorku.ca/comminel/courses/3020pdf/six_books.pdf)>. Acesso em 02. Set. 2015

<sup>35</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. In \_\_\_\_\_. *O Contrato Social e outros escritos*. Trad. e Intr. de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix. s/d, p. 78.

<sup>36</sup> MCKENZIE, Lionel A. “Rousseau's Debate with Machiavelli in the Social Contract”. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, v. 43, n. 2, Abr-Jun de 1982, p. 226.

<sup>37</sup> Ibidem., p. 225.

<sup>38</sup> DIDEROT, Denis. “Machiavellianism”. *The Encyclopedia of Diderot & d'Alembert, Collaborative Translation Project*. Trad. Timothy Cleary. Ann Arbor: Michigan Publishing, University of Michigan Library, 2004. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/d/did/did222.0000.237/--machiavellianism?rgn=main;view=fulltext;q1=machiavelli>>. Acesso em 29 ago. 2015.

*nacional ansioso por atingir esse grande objetivo, mediante quaisquer meios necessários”.*<sup>39</sup>

Hegel, ao analisar a obra, remete à célebre passagem, constante do capítulo VI d’*O Príncipe*, na qual Maquiavel alude a Ciro, Rômulo e Teseu – o trecho atrairá outros, como Mussolini.<sup>40</sup> Neste capítulo, Maquiavel discorre acerca da importância dos exemplos da história, de como o caminho dos grandes homens do passado auxilia os governantes do presente a encontrarem um norte em suas ações:

Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes grandes, sempre se aproveita muita coisa.<sup>41</sup>

Vislumbra-se n’*A Constituição Alemã* que Hegel já buscava, nos albores da juventude, um sentido imanente no curso da história: “*O principal impulso do pensamento de Hegel era fundado na razão histórica desde o início*”.<sup>42</sup> A figura do herói – do “grande homem”, que, como Júlio César ou Napoleão, serve ao espírito do mundo – tornar-se-á mais e mais presente no labor intelectual de Hegel. Indivíduos que, ao satisfazerem suas paixões particulares, acabam por, inconscientemente, concretizarem a razão universal – o *tropo* está presente de forma marcante na *Filosofia do Direito*. A dinâmica relacionada à *astúcia da razão* aponta, precisamente, para a maneira como os interesses subjetivos de pessoas determinadas – dotadas do *gênio*, tema que, desde a *Crítica da faculdade de julgar* de Kant, consolida-se no imaginário alemão, tanto nas artes quanto na filosofia – auxiliam no progresso da consciência da liberdade. Ora, o apelo ao herói como expressão do sentido da história já aparece n’*A Constituição Alemã* – é nesses termos que Hegel irá

<sup>39</sup> LUCÁCS, Georg. “Hegel’s view of history in his first years in Jena”... op. cit.

<sup>40</sup> CORTINA, Arnaldo. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 207.

<sup>41</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe / Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 29.

<sup>42</sup> LUCÁCS, Georg. “Hegel’s view of history in his first years in Jena”... op. cit.



traduzir a esperança maquiaveliana em uma autoridade que unifique a península itálica: *“o destino de um povo que rumo à sua ruína política pode ser salvo por um gênio”*.<sup>43</sup>

A Itália de Maquiavel, para Hegel, estava esfacelada em diversos pequenos Estados e era campo de batalha para Estados estrangeiros que disputavam seu território, a saqueavam e desejavam decidir, em seu lugar, o destino da nação. É em face dessa conjuntura que Maquiavel, ciente da situação de miséria universal da Itália, desenvolve a ideia de unificação do território.

Hegel rechaça os detratores de Maquiavel, notadamente os que o acusam de trabalhar pela tirania: antes de clamar pela liberdade individual, como obsessivamente o fizeram os franceses, seria necessário compreender que a autonomia de um povo tão-somente é possível a partir do momento em que a população está legalmente unida dentro de um Estado. A valorização excessiva da liberdade poderia levar um povo à ruína caso não se tratasse de uma comunidade reunida em um Estado com força suficiente para se preservar frente a outros poderes soberanos:

A ideia de que um Estado deve ser constituído por um povo por tanto tempo foi obscurecida pelos apelos sem sentido para a assim chamada "liberdade", que toda a miséria que a Alemanha sofreu na Guerra dos Sete Anos e na recente guerra com a França, juntamente com todos os avanços da razão e da experiência francesa de obsessão com liberdade, talvez não tenham sido suficientes para estabelecer como artigo de fé entre os povos ou como princípio de ciência política que a liberdade só é possível quando um povo está legalmente unido dentro um Estado.<sup>44</sup>

A busca da liberdade de um povo como fim em si mesmo, portanto, carece de sentido quando este povo não faz parte de um Estado. Para Hegel, de nada adianta lutar pela liberdade se o Estado não garante sua própria manutenção diante de poderes soberanos adversários.

---

<sup>43</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op. cit., tóp. 8, cap. II.

<sup>44</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op. cit., tóp. 8, cap. II.

Hegel compara o esforço de Maquiavel para encontrar uma salvação para a Itália ao esforço de curar um membro gangrenoso: da mesma forma que o último não pode ser curado com água de lavanda, tampouco é possível reorganizar um Estado próximo da decadência sem valer-se de meios mais drásticos.

É preciso, para Hegel, compreender a história dos séculos anteriores a Maquiavel e da Itália de seu tempo. Só então poder-se-ia, lendo *O príncipe*, perceber que o trabalho do florentino “*não é somente justificável, como também distinta e verdadeira obra produzida por uma genuína mente política de mais altos e nobres sentimentos*”.<sup>45</sup> Nesse sentido, argumenta: “*É completamente sem sentido tratar a exposição de uma ideia derivada diretamente da observação do dilema italiano como um compêndio de princípios morais e políticos aplicáveis indistintamente a todas as situações – ou seja, a nenhuma*”.<sup>46</sup>

O tabuleiro político da Itália renascentista, dividido entre Florença, Milão, Veneza, os Estados Pontifícios e Nápoles, precisava de um rearranjo, para fazer frente às monarquias ascendentes. Maquiavel seria o pensador que, fazendo da unidade e da constituição do Estado seu tema central, serviria de guia à Alemanha da era pós-revolucionária. Tanto em Fichte quanto em Hegel, o primeiro compromisso que se impõe ao monarca é a conservação de si.<sup>47</sup> O supremo dever do Estado é preservar a si mesmo e impedir a anarquia – para tanto, pode valer-se dos mais horrendos meios, de sorte a destruir as forças que o ofendem. A impossibilidade, que ambos veem, na instauração de um ordenamento jurídico supra-estatal implica em um estado de tensão permanente entre os povos, diante da qual é necessário que as autoridades políticas tomem precauções, mantendo sempre sua esfera de poder.<sup>48</sup>

Maquiavel, de fato, estava ciente da necessidade de unificação da Itália para poder fazer frente aos Estados estrangeiros. Um bom príncipe deve

<sup>45</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op. cit., tóp. 8, cap. II.

<sup>46</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op. cit., tóp. 8, cap. II.

<sup>47</sup> FICHTE, Johann Gottlieb. “Sur Machiavel écrivain et sur des passages de ses œuvres (1807)”. Trad. Alain Renaut. In: \_\_\_\_\_. *Machiavel et autres écrits philosophiques et politiques de 1806 – 1807*. Trad. Luc Ferry e Alain Renaut. Paris: Payot, 1981, p. 42.

<sup>48</sup> FICHTE, Johann Gottlieb. Sur Machiavel écrivain... op. cit., p. 59.

estabelecer sólidos fundamentos, através de forças próprias, comandadas diretamente pelo príncipe, e de boas leis. Como explica no capítulo XII de *O Príncipe*, em face da contratação de armas mercenárias – inúteis e perigosas, posto sejam ambiciosas, infiéis, indisciplinadas e insolentes perante os amigos, mas covardes perante os inimigos – e da falta de união decorrente da divisão do país em diversos Estados, a Itália foi conquistada a giz pela França,<sup>49</sup> “invadida por Carlos, depredada por Luís, atacada por Fernando e infamada pelos suíços”.<sup>50</sup>

De se destacar que o Maquiavel lido pelo jovem Hegel é, fundamentalmente, o autor d’*O Príncipe*, o que diferencia sua interpretação da previamente realizada por Diderot, que buscou compreender o pensamento do filósofo renascentista a partir da leitura do conjunto de suas obras. Enquanto Hegel busca interpretar Maquiavel à luz da cena política italiana do período que o viu nascer, e dá, em virtude disso, papel de destaque aos ensinamentos d’*O Príncipe*, Diderot, analisando o conjunto de suas obras, nega a autenticidade deste trabalho, por considerá-lo incompatível com o pensamento de Maquiavel como um todo, e o reduz a mera sátira.

Longe de representar “uma fundação para a tirania ou um espelho dourado para um opressor ambicioso”<sup>51</sup> (como insinuam seus detratores), o trabalho de Maquiavel mostra, para Hegel, a necessidade de aplicar medidas drásticas para assegurar a coesão do corpo político. Buscando compreender os “altos” e “nobres” sentimentos que guiam a pena de Maquiavel, o filósofo alemão fala da necessidade de ler *O Príncipe* à luz da história italiana – e não como um manual atemporal, um (para valermo-nos de expressão que Fichte mais tarde usará) “tratado de Direito Constitucional Transcendental”.<sup>52</sup> Para Hegel, Maquiavel é o testemunho de uma era, o pensador que sustentou a crença de que o gênio de um indivíduo pode impedir a ruína representada pela

<sup>49</sup> Referência ao dito atribuído ao Papa Alexandre VI (1431-1503), segundo o qual “os franceses ao invadir a Itália tomaram do giz para marcar os seus acampamentos, e não de espadas para combater”. Nota de rodapé em: MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe / Escritos Políticos...* op. cit., p. 56.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>51</sup> HEGEL, G. W. F. *The German Constitution...* op.cit., tóp. 8, cap. II.

<sup>52</sup> FICHTE, Johann Gottlieb. “Sur Machiavel écrivain...” op. cit., p. 42.

desagregação política. De forma semelhante, no contexto alemão, em face da ausência de coerência entre as diversas províncias, fazia-se necessário, para Hegel, o surgimento de um líder, um conquistador, capaz de transformar a massa, unindo a multidão de pessoas e conferindo-lhe uma apropriada vida política. Seria necessária a figura de um Teseu, um instrumento da história do mundo, capaz de fundar estados fortes. Considera, inclusive, que um poder tirânico pode ser necessário para destruir pela força instituições obsoletas, instituindo em seu lugar um Estado onde a liberdade poderia ser assegurada. A tirania seria para o filósofo alemão uma fase de transição essencial entre dois sistemas sociais e políticos.<sup>53</sup>

### Considerações finais

“O filósofo do regime prussiano”, “o ideólogo da tirania dos Médici”: assim a posteridade, com frequência, rotulará Hegel e Maquiavel. Porém, longe de serem (para usar a terminologia de Gramsci) “intelectuais orgânicos”,<sup>54</sup> dispostos a conferir um véu de legitimidade a governos despóticos, os dois autores concebem doutrinas políticas complexas, que se furtam a abordagens reducionistas. Hegel e Maquiavel, não raro, polemizaram com (desagradaram as) autoridades políticas de seu tempo: o primeiro foi objeto de censura, e o segundo, de tortura, em virtude de seus posicionamentos.<sup>55</sup> Maquiavel escreve na alvorada da Modernidade Clássica, e Hegel, em seu crepúsculo (que prenuncia o raiar da Modernidade Tardia, época de que ainda não nos emancipamos): é sintomático que, em sua filosofia outonal – que assume como compromisso, desde o início, recolher o legado da tradição para sedimentar suas propostas voltadas ao futuro –, o pensador alemão se debruce sobre a obra do florentino.

<sup>53</sup> LUCÁCS, Georg. “Hegel’s view of history in his first years in Jena... op. cit.

<sup>54</sup> Para uma leitura gramsciana de Maquiavel, v. MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, suplemento, junho de 2008, pp. 27 -41.

<sup>55</sup> BAVARESCO, Agemir; KONZEN, Paulo Roberto. “Cenários da liberdade de imprensa e opinião pública em Hegel”. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 50, n. 119, junho de 2009, pp. 63-95.

Poderíamos, esquematicamente (embora a filosofia se furte a esquemas e didatismos), dizer que, enquanto Maquiavel funda a doutrina da razão de Estado, Hegel (com o fito de suprasumí-lo, elevá-lo ao plano do conceito, da teoria à filosofia propriamente dita) cria a doutrina do Estado da razão. Razão aqui entendida, porém, não como lógica tecnocientífica, ilustrada, mas como a faculdade – muito mais ampla – de conferir *significado* ao real. Faculdade que transcende o *logos* apodítico, demonstrativo – é a consciência dos limites da concepção iluminista de racionalidade que afasta Hegel do depostismo esclarecido adotado por autores como Kant e o aproxima (como fica evidenciado da leitura do *Mais Antigo Programa de Sistema do Idealismo Alemão*, escrito juntamente com Schelling e Hoelderlin)<sup>56</sup> do primeiro romantismo e de seu ímpeto revolucionário.

Hegel – bem como a versão de Maquiavel por Hegel concebida – assume como finalidade precípua de suas reflexões políticas superar os resquícios medievais do sistema no qual vive, guiando sua comunidade ao mundo moderno. A centralização do poder judicante e legiferante (não mais disperso entre diversos atores e instituições, como igrejas e guildas, mas concentrado em uma única figura, o príncipe) é nota diferenciadora do Estado moderno, e, já em fins do século XVIII, Hegel é suficientemente lúcido para compreender o processo.<sup>57</sup> Como, sessenta anos depois d'A *Constituição Alemã*, Alexis de Tocqueville observará com acuidade (no clássico *O Antigo Regime e a Revolução*)<sup>58</sup>, o maior legado do período revolucionário não foi a democracia ou a afirmação dos direitos fundamentais (natimortos, face ao Terror), mas a consolidação do Estado moderno, nacional, dominado por uma elite burocrática e marcado pela sanha de instaurar, nos limites de seu território, um ordenamento jurídico coeso e inconsútil. Semelhante desenho

<sup>56</sup> Uma tradução do documento, realizada por Manual J. Carmo Ferreira, pode ser encontrada no endereço eletrônico <<http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/9/13.pdf>>, acessado em 1º de setembro de 2015.

<sup>57</sup> Sobre as diferenças entre os sistemas político-jurídicos medieval e moderno, recomenda-se a leitura de ALMEIDA, Philippe Oliveira de. *Raízes medievais do Estado moderno: a contribuição da Reforma Gregoriana*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

<sup>58</sup> Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

de organização política já vinha sendo preparado ao longo do Antigo Regime – no entanto, só a classe burguesa, encampando o constitucionalismo moderno, foi capaz de firmar as linhas definitivas dessa nova forma de organização social.

Em Maquiavel Hegel vê o prenunciador desse novo mundo, a mente que, antes das demais, anteviu a aurora do Estado soberano. Como ninguém é profeta em sua própria pátria, a Itália permaneceu, malgrado os apelos do florentino, presa à estrutura das comunas independentes – e, jardim de flores silvestres, acabou esmagada pela marcha das tropas do devir. Maquiavel atribuía aos Estados Pontifícios a culpa pela fragmentação política da Itália – e é curioso observar que a unificação italiana do século XIX assume contornos francamente anti-ecclesiásticos. Hegel, por sua feita, responsabiliza o Sacro-Império Romano-Germânico pela incapacidade de a Alemanha articular-se como Estado moderno. Esses dois vultos tipicamente medievais – o Papado e o Império, emblemas da *theoria* e da *práxis* política da Cristandade –, carvalhos de copas frondosas, lançariam suas sombras sobre os territórios nos quais se instalaram, impedindo que qualquer configuração política nova possa desabrochar. N’A *Constituição Alemã*, Hegel ainda tem esperança de que o Império se converta em um Estado moderno – o que, evidentemente, implicaria em sua morte enquanto Império (o fim de suas aspirações universalistas, trans-nacionais). O tempo o fará desistir dessas aspirações. Rejeitando a corte da Áustria – a seu juízo, dominada por jesuítas, os diplomatas da Contra-Reforma e da restauração do universo medieval –, Hegel depositará sua fé nos (por muito tempo encarados como “bárbaros”) prussianos. Ele próprio participará ativamente de um processo de desenvolvimento sócio-cultural de Berlim, que acabará por transformar a cidade no coração da germanidade.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. Raízes medievais do Estado moderno: a contribuição da Reforma Gregoriana. Dissertação (mestrado). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

BAVARESCO, Agemir; KONZEN, Paulo Roberto. “Cenários da liberdade de imprensa e opinião pública em Hegel”. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 50, n. 119, junho de 2009, pp. 63-95.

BEAME, Edmond M. “The Use and Abuse of Machiavelli: The Sixteenth-Century French Adaptation”. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, vol. 43, no. 1, Jan-Mar de 1982, pp. 33-54.

BECKENKAMP, Joãozinho. *O jovem Hegel: formação de um sistema pós-kantiano*. São Paulo: Loyola, 2009.

BODIN, Jean. *Six books of the Commonwealth*. Trad. M. J. Tooley. Oxford: Alden Press, 1955. Disponível em: [http://www.yorku.ca/comninel/courses/3020pdf/six\\_books.pdf](http://www.yorku.ca/comninel/courses/3020pdf/six_books.pdf)>. Acesso em 02. Set. 2015.

BUÉE, Jean-Michel. “Les lectures de Machiavel en Allemagne dans la première moitié du XIXème siècle”. In: CARTA, Paolo; TABET, Xavier. *Machiavel aux XIXe et Xxe siècles*. Padova: CEDAM, 2007.

BERLIN, Isaiah. “A special supplement: the question of Machiavelli”. *The New York Review of Books*, New York, v. 17, n. 7, 4 de novembro de 1971. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/1971/nov/04/a-special-supplement-the-question-of-machiavelli/>>. Acesso em 01. set. 2015.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BOURGEOIS, Bernard. *O pensamento político de Hegel*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

COELHO, Nuno M. M. S. *Fundamentos Filosóficos da Interpretação do Direito – O Romantismo*. São Paulo: Rideel, 2012.

CORTINA, Arnaldo. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DIDEROT, Denis. "Machiavellianism". *The Encyclopedia of Diderot & d'Alembert, Collaborative Translation Project*. Trad. Timothy Cleary. Ann Arbor: Michigan Publishing, University of Michigan Library, 2004. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/d/did/did2222.0000.237/--machiavellianism?rgn=main;view=fulltext;q1=machiavelli>>. Acesso em 29 ago. 2015.

FIALA, Andrew. *The philosophers voice: philosophy, politics, and language in the nineteenth century*. Albany: State University of New York Press, 2002.

FICHTE, Johann Gottlieb. "Sur Machiavel écrivain et sur des passages de ses œuvres (1807)". Trad. Alain Renaut. In: \_\_\_\_\_. *Machiavel et autres écrits philosophiques et politiques de 1806 – 1807*. Trad. Luc Ferry e Alain Renaut. Paris: Payot, 1981.

GIORGINI, Giovanni. "Five Hundred Years of Italian Scholarship on Machiavelli's Prince". University of Notre Dame, *The Review of Politics*, v. 75, 2013, pp. 625-640.

HAHN, Fábio André. "Espelhos de Príncipes: considerações sobre o gênero". *História e-História*, Campinas, 04 de nov. de 2008. Disponível em:



<<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=134>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

HARIMAN, Robery. "Composing Modernity in Machiavelli's Prince". *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, v. 50, n. 1, Jan-Mar de 1989, pp. 3-29.

HEGEL, Georg W. F. *The German Constitution*. Trad. H. B. Nisbet. *Political Writings*. Org. Laurence Dickey e H. B. Nisbet. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/hegel/gcindex.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

HOBBSAWM. Eric. J. *A Era das Revoluções; Europa 1798-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HONT, Istvan. *Jealousy of trade: international competition and the nation state in historical perspective*. Cambridge: Belkap Press, 2005.

KOHN, Hans. "The Eve of German Nationalism (1789-1812)". *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, v. 12, n. 2, abril 1951, pp. 256-284. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2707517>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2012,

LUCÁCS, Georg. "Hegel's view of history in his first years in Jena". In: \_\_\_\_\_. *The Young Hegel*. Trad. de Rodney Livingstone. Merlin Press, 1975. Disponível em: < <https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/youngheg/index.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

LOZANO, Valerio Rocco. *La vieja Roma en el joven Hegel*. Madrid: Maia Ediciones, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe / Escritos Políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. "Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, suplemento, pp. 27-41.

MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism: the doctrine of raison d'état and its place in modern history*. Trad. Douglas Scott. New Haven: Yale University Press, 1962.

MCKENZIE, Lionel A. "Rousseau's Debate with Machiavelli in the Social Contract". *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Pennsylvania, v. 43, n. 2, Abr-Jun de 1982, pp. 209-228.

MOGGACH, Douglas. "Fichte's engagement with Machiavelli". *History of political thought*, London, v. XIV, n. 4, inverno de 1993, pp. 573-589.

ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado*. Trad. Ricardo Timm de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. Em: *O Contrato Social e outros escritos*. Trad. e Intr. de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix. s/d.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

TESINI, Mario. "Discepolo di Machiavelli? Charles de Gaulle tra Maritain e Aron". In: MARCO, Bassani Luigi; CORRADO, Vivanti (Org.). *Machiavelli nella*

*storiografia e nel pensiero politico del XX secolo*. Atti del convegno di Milano, 16 e 17 maggio 2003. Milano: Giuffré, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

TYLER, Colin. "Hegel, war and the tragedy of imperialism". *History of European Ideas*. vol. 30, Iss. 4, 2004, pp. 403/431.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2004.